

POLÍTICA

APÓS ACIDENTE

Bigodini segue afastado, mas Câmara decide não convocar suplente

Processo contra parlamentar está em andamento na Casa e na Polícia Civil; vereador entregou novo atestado e fica fora por mais dez dias

EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

O vereador Roger Ronan da Silva, o Bigodini (MDB)—permanece fora das atividades da Câmara após acidente de trânsito ocorrido na madrugada de 28 de setembro, na Avenida do Café, zona Oeste de Ribeirão Preto. O caso segue em apuração pela Polícia Civil e pelo Legislativo.

Na última segunda-feira (20 de outubro), Bigodini apresentou novo atestado médico e foi afastado por mais 10 dias da Câmara, acumulando 24 dias de licença. De acordo com sua assessoria, o afastamento decorre de “estresse pós-traumático” — informação que não foi detalhada em laudo público até o momento.

Segundo a Câmara, não será chamado suplente porque a lei orgânica prevê que só será chamado suplente após 15 dias, em caso de licenças médicas. A prática foi classificada como “suspeita” por advogado especialista em direito eleitoral (veja mais ao lado).

Em nota, a Câmara afirmou que “acompanha o caso com atenção e adotará, se necessário, todas as medidas legais e regimentais cabíveis para assegurar o cumprimento do decoro parlamentar”.

POLÍCIA

Vídeos que circulam nas redes sociais mostram Bigodini saindo do banco do motorista, cenário que contradiz a versão oficial apresentada, segundo a qual a namorada conduziu o veículo.

A investigação da Polícia Civil está em curso. Após o acidente, foram identificadas possíveis infrações, como dirigir sem habilitação ou permitir que alguém inhabilitado dirigisse, além da suspeita de embriaguez ao volante.

O processo foi transferido para a 1ª Vara Criminal de Ribeirão Preto e aguarda oitivas de testemunhas, perícia de imagens e avaliação jurídica.



Bigodini (MDB) durante sessão da Câmara: afastamento prorrogado

CPI APURA QUEBRA DE DECORO E SECRETÁRIA ASSUME EM CASO DE CASSAÇÃO

A Câmara instalou uma Comissão Processante para apurar possível quebra de decoro parlamentar. O requerimento foi aprovado por 19 votos em 1º de outubro e tem prazo de até 180 dias para ser concluído.

Caso seja cassado, assume a primeira suplente do MDB, a secretária da Cultura, Maria Eugênia Biffi. Ela deve permanecer, entretanto, como secretária.

O segundo suplente do MDB é Robson Vieira, que teve 1.654 votos. É ele quem deverá assumir em caso de afastamento temporário de Bigodini.

PARA ADVOGADO, CÂMARA DEVE PEDIR PERÍCIA MÉDICA PARA ANALISAR ATESTADOS

O advogado Kaleo Dornaika Guaraty, especialista em Direito Eleitoral, avaliou que a situação “causa estranheza”, sobretudo por envolver uma justificativa médica para o afastamento.

Segundo ele, a Câmara Municipal tem o direito de requerer uma perícia médica oficial para verificar a real condição do servidor ou parlamentar, especialmente pelo fato de haver atestados seguidos, todos em períodos inferiores ao necessário para afastamento. “Ainda mais sendo uma questão médica, a Câmara pode e deve requerer perícia para esclarecer o caso”, afirmou Guaraty.

Para psicóloga, chave é tratamento

A psicóloga Rosângela Papa Marchi, formada pela Unesp (Universidade Estadual Paulista), avalia que, em casos de dependência química, buscar apoio e tratamento é fundamental.

Sem analisar especificamente o caso de Bigodini, ela explica que quem apresenta esse tipo de dependência enfrenta um processo físico, psicológico e social. “É preciso tratar de forma integrada, e o apoio nesse momento é fator primordial”, afirma.

Segundo Rosângela, a dependência química não se resume ao uso da substância em si, mas envolve mecanismos cerebrais de recompensa,

dificuldade de controle dos impulsos e sofrimento emocional associado. O tratamento eficaz deve combinar acompanhamento médico, psicológico e, em muitos casos, participação da família e grupos de apoio, como forma de reconstruir vínculos e fortalecer o autocontrole.

Ela destaca ainda que o dependente passa por fases de negação e recaída, o que exige empatia e continuidade no acompanhamento: “O julgamento e o isolamento agravam o quadro. O que ajuda é o acolhimento e a persistência no tratamento. A recuperação é possível, mas requer tempo, paciência e rede de suporte.”



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

MARISTA

O prefeito Ricardo Silva (PSD) não gostou nem um pouco do espaço tomado na mídia em relação à permuta da Prefeitura com o Marista, encabeçada pelo vereador Daniel Gobbi (PP). As redes sociais e internautas repercutiram bastante, e até nos grupos de pais do Marista o assunto não caiu bem. Vereadores passaram a ficar refratários e, segundo assessores, o prefeito tentou acalmar os ânimos. Sem sucesso.

OPOSIÇÃO

Gobbi foi enfático ao se posicionar sobre a permuta do imóvel. Ele desponta como potencial liderança da oposição de direita, espaço até então desocupado. “Não tenho compromisso com a Prefeitura, tenho compromisso com a população e não devo nada ao prefeito”, afirmou o vereador em uma sala de reuniões com colegas.

DESCONTENTES DO PSD

Paulo Modas e Rangel Scanduzzi, ambos do partido do prefeito, são os descontentes do momento. Eles aguardam o momento oportuno para dar uma resposta ao prefeito Ricardo Silva na Câmara. Insatisfeitos por não terem sido contemplados na Reforma Administrativa, os dois vereadores, contudo, são considerados edis que dificilmente se sustentam politicamente fora do governo.

FERP

O Fórum de Entidades Representativas de Ribeirão (FERP) lançou nota para repercutir a preocupação com a morosidade na tramitação dos processos da Operação Sevandija, que investiga um dos maiores casos de corrupção do município, atualmente em fase de julgamento no STF. O FERP é composto por 15 entidades, entre elas ACIRP, OAB, CIESP, SESCON-SP, SINCOVARP e Instituto Ribeirão 2030. Mas quatro dessas instituições informaram que o ato era exclusivo da FERP.

NÃO É BEM ASSIM

Imediatamente, a OAB — integrante da FERP — emitiu nota à imprensa informando que optou por se abster da votação da “Nota de Preocupação”, adotando uma postura de cautela institucional frente às questões jurídicas envolvidas. Já a ACIRP participou da aprovação da nota em nome do Fórum, mas esclareceu que a divulgação ocorreu de forma coletiva e que a exposição individual da ACIRP e da OAB na imprensa não foi solicitada. A entidade destacou ainda a necessidade de maior cuidado em futuras comunicações públicas. A AARP (Associação de Advogados de Ribeirão Preto) foi outra instituição que informou não ter anuído ao documento da FERP.

QUEM NÃO GOSTA

Aos críticos da atuação “tiktok” de Ricardo Silva — estilo semelhante ao do prefeito Rodrigo Manga, de Sorocaba, podem se preocupar. Conhecido por sua forte presença nas redes sociais, Manga apareceu bem colocado na pesquisa do Instituto Paraná, com 9,6% das intenções de voto em um primeiro teste para o Senado. Se a moda pega...

CERTIFICADO DIGITAL

O vereador André Rodini (Novo) justificou a ausência de requerimentos e indicações na sessão de segunda (21) devido a problemas em seu certificado digital. Ele chegou a usar o Pinga-Fogo para reclamar. O vídeo circulou entre servidores junto a um resumo dos requerimentos assinados por seus colegas: Projetos de Lei — 15; Indicações — 98; Requerimentos — 43. Só ele teve problema.

PERDEU AS PIB I

Uma professora da Educação Infantil vem incomodando muita gente. Além da SME, que precisa se desdobrar para responder questionamentos dela — que chegam via imprensa e Ministério Público —, passou a incomodar bastante a vereadora Judeti Zilli (PT) e seu staff. A divisão entre os docentes já se torna clara: em um grupo de 3 mil professores, 517 com bônus VPNI. A vereadora é vista como representante dos 517. Vanessa Bonagamba, a professora em questão, tenta se cacifar como representante dos demais.

PASSOU DE ANO

O TCE-SP aprovou as contas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto relativas ao exercício de 2024, sob a presidência do vereador Isaac Antunes (PL). A decisão foi proferida nesta terça-feira (21), durante sessão da Primeira Câmara do Tribunal, presidida pelo conselheiro-decano Renato Martins Costa.